



**A GUERRA FRIA E A GRANDE IMPRENSA BRASILEIRA: AS RELAÇÕES
EMBRIONÁRIAS DO BRASIL COM A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NAS
PÁGINAS DO ESTADO DE S. PAULO E JORNAL DO BRASIL (1974-1979)**

**THE COLD WAR AND THE GREAT BRAZILIAN PRESS: BRAZIL'S EMBRYONIC
RELATIONS WITH THE CHINA POPULAR REPUBLIC ON THE PAGES OF
ESTADO DE S. PAULO AND JORNAL DO BRASIL (1974-1979)**

Resumo: Este artigo é resultado da minha dissertação de mestrado, na qual trabalhei com as relações estratégicas entre o Brasil e a República Popular da China que se firmaram a nível de embaixadas ainda durante a ditadura civil militar no Brasil, período que compreende o final da Guerra Fria. Aborda-se aqui a viagem de observações iniciais de uma comitiva brasileira a China já nos primeiros meses do Governo Geisel e, também, os Acordos firmados durante o período em que se manteve no poder. Para realizar esta pesquisa, utilizou-se como fonte/objeto principal dois jornais da grande imprensa, o *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*, analisando como esta parceria foi retratada pela mídia em seu caráter embrionário, qual foi o seu papel e como estes jornais se posicionaram.

Palavras-chave: Guerra Fria. Grande Imprensa. Jornal do Brasil. O Estado de S. Paulo. Brasil-China.

Abstract: This article is the result of my master's thesis, in which I worked with the strategic relations between Brazil and the China Republic Popular that were established at the level of embassies during the civil-military dictatorship in Brazil, a period that includes the end of the Cold War. This article discusses the initial observations trip of a Brazilian delegation to China in the first months of the Geisel Government, as well as the Agreements signed during the period in which he remained in power. To carry out this research, two newspapers of the mainstream press, *Jornal do Brasil* and *O Estado de S. Paulo* were used as main source/object, analyzing how this partnership was portrayed by the media in its embryonic character, what was its role and how these newspapers positioned themselves.

Keywords: Cold War. Great Press. Jornal do Brasil. O Estado de S. Paulo. Brazil-China.

Pricila Niches Muller

Mestra em História
pela Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do
Sul (PUCRS)
pricila.muller89@gmail.com



<https://doi.org/10.4013/rlah.2022.1128.08>

Introdução

Este artigo, que se trata de um recorte feito a partir da minha dissertação de mestrado, tem por objetivo geral investigar de que maneira a formação de parceria entre Brasil e China está representada na imprensa brasileira no contexto dos anos que compreendem o Governo Geisel (1974-1979) e a Guerra Fria, fazendo uso da análise de dois periódicos com expressiva popularidade na época, sendo um do Estado do Rio de Janeiro e outro de São Paulo, respectivamente, o *Jornal do Brasil*¹ e o jornal *O Estado de S. Paulo*². Estes jornais foram selecionados com base na sua trajetória e, também por se tratarem, na época, de jornais de grande tiragem.

Os periódicos representavam e ainda representam na sociedade, mesmo que os meios de acesso às notícias tenham se modificado com o passar dos anos, um grande meio de comunicação do que acontece no Estado e a sociedade. Sendo ainda um impulsionador da sociabilização entre os cidadãos, que se reuniam para ler as notícias desde os tempos dos grandes salões. Portanto, na primeira parte deste artigo irá ser analisada como a viagem de representantes brasileiros para a República Popular da China em 1974 foi representada através dos impressos selecionados. Tratava-se de um movimento diplomático logo no início do novo governo do Ditador Gen. Ernesto Geisel que diferia de como a política externa brasileira vinha sendo conduzida pelos outros ditadores.

Na sequência será explorado a partir da documentação das instalações de embaixadas no Brasil e na China como foi a repercussão delas, pois constatou-se ao longo das pesquisas que havia uma diferenciação de expectativas e, também, no teor do que era publicado por cada um dos jornais. Por fim, será dado um salto mais para o fim do governo, a fim de investigar como se deu de fato o Acordo Comercial entre os dois países, procurando ver se havia alguma mudança nas publicações desde a formação de parceria no início do governo por parte daqueles que se dizem representantes da “opinião pública”. Explora-se o termo de parceria estratégica para representar a relação entre os dois países desde o princípio da relação embrionária, por se tratar da parceria de um país sob uma ditadura civil-militar com um país comunista em plena Guerra Fria. Lembrando que qualquer negociação governamental entre o Brasil e a China

¹ O acesso ao acervo é *on-line* e gratuito, podendo ser efetuado a partir da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

² O acesso ao acervo é *on-line* e gratuito, mas quando foi realizada a pesquisa o acesso ao acervo se dava mediante assinatura.

Popular haviam sido rompidas com o Golpe civil-militar em 1964, resultando inclusive na prisão de chineses que se encontravam no Brasil naquele período.

1. O Brasil vai a China Popular

No ano de 1974, primeiro ano do Governo do General Geisel, embarcava para a China uma comitiva brasileira. Os periódicos *Jornal do Brasil* (*JB*) e *O Estado de S. Paulo* (*OESP*) passaram a promover uma campanha para a retomada de relações diplomáticas entre o Brasil e a China comunista através da narrativa empregada em suas publicações, até mesmo os títulos já chamam atenção para isso, alegando que o comércio com os chineses é “ilimitável” (*O Estado de S. Paulo*, 1974) e que o “intercâmbio depende de escritórios” (*Jornal do Brasil*, 1974), claramente defendendo as relações diplomáticas entre ambos. Nos dias que antecederam a saída da missão brasileira no dia 5 de abril a qual passaria no Japão antes de ir para a China, o *JB* fez publicações por três dias seguidos, enquanto o *OESP* publicou nos dias 3 e 5 de abril, para voltar ao assunto somente quando os brasileiros já estivessem chegando à China comunista.

O jornal carioca que havia produzido publicações mais enxutas sobre a aproximação em evidência do Brasil com a RPC, publicou no dia 2 de abril um editorial (*Jornal do Brasil*, 1974) no qual deixou claro que o Brasil não tinha nada a perder em relacionar-se com os chineses, fazendo também uma breve exposição dos negócios recentes de exportadores brasileiros que venderam para China Popular, para dar suporte à defesa de seu ponto de vista. Tal visão associava-se aos anseios do setor empresarial exportador, pelo que assinala a sua narrativa. Ao referir-se à presença de um enviado do Itamaraty na missão, o jornal afirmou que a “simples presença na missão augurou um reatamento de relações diplomáticas com a China”, para mais à frente escrever que

Resta, como tem **também** acentuado o presidente da AEB, seguirmos o exemplo da **grande maioria** dos países do Ocidente, que já reconhecem o regime da China Popular. **É claro que**, em igualdade de condições, a **China preferirá importar mercadorias daqueles países que lhe reconhecem o Governo**. (*Jornal do Brasil*, 1974)³

³ Grifos meus.

Neste trecho, fica evidente a concordância entre a opinião que tem o jornal sobre o assunto diplomático e a que o presidente e líder da missão também possui, assegurando que, para um melhor comércio entre ambos os países, a reciprocidade fará a diferença. Encaminhando-se para a conclusão do editorial, o *JB* ainda usa frases como “ideologias nacionais não impedem um entendimento internacional”, “Relações diplomáticas com a China em nada alterarão nossas ideias de Governo, mas ampliarão nossa pauta de comércio exterior” e ainda, mas não menos impactante para o momento, acreditamos, que o comércio de mercadorias em nada tem a ver com “comércio de convicções”. Há expressamente aqui uma crítica à maneira como vinha sendo conduzida a política externa, bem como a esperança de mudança no novo Governo pelo fato de se predispor a enviar um representante em missão a um país com o qual não se pensava em relacionar-se até poucos anos atrás. Neste mesmo dia, o *Jornal do Brasil* ainda publicou mais uma notícia (*Jornal do Brasil*, 1974) na editoria de economia, abordando a confirmação da missão que teria 20 integrantes, sendo três “observadores do Governo”, bem como colocando mais uma vez sobre os números fruto do comércio que já ocorria entre empresários brasileiros e chineses, esperando-se um salto econômico a partir das negociações que poderiam surgir dali em diante.

Abaixo daquela notícia sobre Brasil e RPC, há outra notícia (*Jornal do Brasil*, 1974) sobre a RDC⁴, com proporções que não atingem 50% do destaque da notícia anterior, anunciando que está para vir uma missão de Formosa para negociar produtos de exportação e importação com o Brasil. O interessante é que o *JB* expõe a informação do Ministro da RDC no Brasil, alegando que o comércio bilateral entre os dois países aumentou cerca de 172% em 1973. Chama-nos atenção que, mesmo assim, essa parceria foi ignorada pela mídia pesquisada neste período inicial do Governo Geisel. Sobre esta questão dos “observadores”, no dia 3 de abril de 1974, ambos os jornais aqui analisados fizeram publicações, dando ênfase à impossibilidade de fechar negócios por parte dos enviados do Governo brasileiro na missão de Coutinho. O *JB* disse que o Itamaraty não negava o significado político no envio destes representantes, mas que se preocupa em fazer uma distinção entre a “parte governamental da comitiva e aquela

⁴ A sigla “RDC” faz referência a China nacionalista com república democrática semipresidencialista, engloba entre outras ilhas, a ilha de Taiwan, que antigamente era conhecida por ilha Formosa, como ainda referenciava os periódicos no período analisado. A separação ocorreu com a vitória de Mao Tsé-Tung em 1949, que fizeram com que os nacionalistas fossem buscar refúgio na ilha de Formosa (Taiwan), se dando assim a separação entre as “duas Chinas”, a República Popular da China (RPC) que tem como capital Pequim, e China de Taiwan que tem como capital Taipé.

meramente empresarial” (*Jornal do Brasil*, 1974). Notamos um certo desdém em relação à significância de uma parte perante a outra, ao fazer uso deste advérbio de modo. O que não fica claro é se foram os representantes do Governo que indicaram que todas as decisões estavam centralizadas na palavra do presidente Geisel ou se foi o jornal que criou esta imagem na sua narrativa para o leitor. Ao finalizar a notícia, o *JB* informou que o presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) esteve reunido com os ministros para acertar detalhes da viagem à China.

Esta reunião entre o presidente do IAA e alguns dos ministros, entre eles Azeredo da Silveira, gerou uma notícia (*O Estado de S. Paulo*, 1974) no *Estadão*, que aproveitou para resgatar brevemente o histórico das vendas de açúcar para o mercado chinês. E, nesta reportagem, sempre que o jornal paulista fazia algum comentário sobre o qual não tinha ainda confirmação do Governo, utilizava-se dos termos “fontes de Brasília observavam”, sem dar identificação dos seus informantes e “para os observadores”, referindo-se a estas mesmas fontes. Além de um destes assuntos não confirmados ser a já mencionada possível parceria diplomática, também menciona que, devido a um dos três altos membros indicados pelo Governo ser representante⁵ do IAA, “pode ser” que a intenção dos governantes seja negociar diretamente com os chineses a venda do produto, sem que haja intermediários, bem como isso estaria abrindo portas para mais produtos serem negociados. Apesar de negarem autorização destes funcionários em missão para fechar negócio, curiosamente esta matéria não sofreu nenhum tipo de censura na época, algo que podemos observar bastante ao pesquisar no acervo do *Estadão*, pois nele há sempre a página censurada junto à página que foi publicada. Este fato, da falta de censura quando ela ocorria em demasia, faz pensar que havia o interesse de difundir esta ideia, o que faz sentido, como veremos mais à frente neste trabalho, na ocasião da formalização da parceria entre os dois países.

A editoria “Economia/Bolsas e Mercados” do *Jornal do Brasil* tem, no dia 4 de abril, metade da página ocupada com uma reportagem (*Jornal do Brasil*, 1974) sobre a questão da venda do açúcar, a qual o *JB* destaca no meio do texto, em fonte equivalente ao tamanho usado em subtítulos nas matérias em geral. Nela, o jornal afirma que o assessor do IAA concedeu

⁵ Este representante era Omer Mont'Alegre, técnico em comercialização internacional de açúcar escolhido pelo Ministério da Indústria e Comércio. Os outros representantes eram o assessor do Ministro do Planejamento, Victor Nogueira de Magalhães e o enviado do Itamaraty foi o Conselheiro Carlos Bettancourt Bueno, da divisão da Ásia.

informações diretamente ao *Jornal do Brasil* e, também, sobre a relação comercial entre Brasil e China. Em relação ao açúcar, há uma preocupação por parte do empresariado em conseguir negociar a venda do produto para os chineses ainda naquele ano, pois eles ainda não teriam realizado nenhuma compra do produto em 1974 e isso também não estava em conversação até então. Ter ciência disso, agregado ao fato de um dos representantes do Governo na missão que vai a China ser do IAA, diz muito nas entrelinhas para quem vê misturando-se na cena pública interesses de grandes comerciantes aliados aos do Governo da República brasileira. Suscitando assim, um intervencionismo político e, empresários tentando controlar a economia, modificando, com isso, a estrutura da cena pública, como alerta Habermas⁶ ao tratar sobre o envolvimento que estes setores conseguem do público através da imprensa, de modo geral.

Além dessa questão de ambições evidentemente recíprocas aqui no Brasil, havia ainda que se aliar aos interesses dos chineses. Em relação a isso, conforme informações de empresários que participaram da primeira missão a China, foi neste momento que o *JB* apresentou como imprescindível a relação diplomática entre os dois países, pois, segundo estes informantes, não importa qual seja o setor empresarial, a parceria só irá gerar bons resultados se houver “representação comercial sino-brasileira”. Conforme estes empresários, o maior problema a ser superado para propiciar a parceria é o da política interna nos dois países, dificuldade com reflexo direto na economia. Porém, outro empecilho também pode ser o transporte, algo que causa encarecimento de mercadorias quando o parceiro “não oferece condições adequadas para o frete”, como observaram esses empresários. Em outra página, mas ainda se tratando da mesma editoria, em uma notícia com informações da sucursal de Brasília (*Jornal do Brasil*, 1974) sobre o Ministro da Indústria e Comércio⁷, o jornal carioca reforça, mas agora diretamente tendo o ministro como sua fonte de informações, o fator decisivo de que os enviados não estão indo para fechar negócios imediatamente, mas sim para fazer um levantamento de dados a fim de conhecer melhor o mercado para o qual o Brasil deseja exportar.

Outro grande interesse do Governo brasileiro nesta missão que vai à China é publicado pelo *Estadão*, que já anuncia no título da notícia (*O Estado de S. Paulo*, 1974) a ideia de convidar uma missão chinesa para vir ao Brasil, mas que seus integrantes tenham possibilidade de “dar início a entendimentos” em nível de governo, podendo assinar contratos, ao contrário

⁶ Ver: HABERMAS, 1984.

⁷ Severo Fagundes Gomes foi Ministro da Indústria e Comércio do Brasil entre 1974-1977.

dos que estão partindo neste dia para a Ásia. O *OESP* apresenta uma declaração feita por Horácio Coimbra no dia anterior à publicação, dizendo sobre o potencial parceiro que a RPC pode ser para o Brasil se “eliminado o isolamento diplomático”, assim como também destaca em negrito ao final do artigo que as opiniões associadas a este industrial divulgadas recentemente pela mídia, quando aludiu à China, dizem respeito a outra ocasião em que se pronunciou apenas “como estudioso e não como porta-voz do Itamaraty”, buscando maior credibilidade para seu artigo.

Outra ressalva do texto no Estadão referente ao comércio sino-brasileiro é de que este não havia representado vitalidade até o ano de 1971, tendo maior expressividade só a partir de 1972. Conforme Becard (2008), até o ano de 1976 este comércio não atinge, em números, a casa dos US\$100 milhões, não chegando nem a US\$50 milhões em 1974. O jornal paulista, assim como o *JB*, refere-se à questão da venda do açúcar e da possibilidade de ampliar as negociações para outros produtos, embasando sua opinião na questão da falta de açúcar cubano que era o fornecedor tradicional dos chineses, os quais já estariam inclusive realizando contratos para compra do produto com outros países.

Ainda nesta mesma semana, o *Jornal do Brasil* retomou mais uma vez o assunto das relações diplomáticas entre Brasil e China, mas desta vez com direito à chamada (*Jornal do Brasil*, 1974) na capa para reportagem (*Jornal do Brasil*, 1974) na editoria de Economia, Mercado e Exportação. O que antes era apresentado como algo que, se acontecesse, seria muito bom para o comércio, mas sem pressionar de fato, agora é tratada como um pedido em caráter de necessidade a questão do restabelecimento de relações diplomáticas entre brasileiros e os chineses da RPC. Segundo o jornal carioca, quem expõe essa necessidade são os próprios comerciantes, entre eles Coutinho da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) e Coimbra da Cia. Cacique de Café Solúvel. E conforme esses, a concretização da parceria é imprescindível para a realização de negócios mais importantes, expandindo assim as exportações. Para eles, de acordo com o *JB*, o Brasil deveria relacionar-se diplomaticamente com todos os países, sem excluir nem mesmo Cuba⁸. Em uma parte da reportagem com o subtítulo de “Competição” (*Jornal do Brasil*, 1974), o jornal apresenta dados fornecidos pelo

⁸ Conforme a entrevista publicada por D'ARAÚJO & CASTRO (1997, p.345), Geisel admitia existir um alinhamento ideológico com os Estados Unidos e que, além de considerarem Cuba um perigo comunista por tentarem expandir a sua revolução no continente americano, o Brasil não reatava negociações com aquele país em solidariedade aos EUA.

presidente da AEB, pois, conforme o empresário, o Brasil terá agora que recuperar o tempo perdido no comércio com a China em comparação a outros países que já se relacionam com ela a tempo, tendo os exportadores brasileiros que se encaixar entre eles. Por fim, o *JB* divulga o nome dos integrantes que fazem parte da missão, apontando mais uma concordância entre Coimbra e Coutinho, de que o fator mais importante nesta missão são os representantes governamentais, pois portas poderão estar se abrindo para o comércio, com este passo dado pelo Governo Federal.

A respeito desta competição com os demais países que preocupa os empresários brasileiros na busca de parceria com os chineses é interessante mencionar que o *JB* publicou um artigo assinado (*Jornal do Brasil*, 1974) por Henry Raymont⁹ na editoria de internacional, quase uma semana após a última publicação sobre Brasil e China, na qual o jornalista dá destaque para as mudanças cogitadas por Geisel e Silveira na política externa e afirma que isso tem gerado esperanças em outras nações com interesse em fazer negócio com os brasileiros. Ou seja, a “competição” está para os dois lados, seja nos parceiros que o Brasil quer conquistar, seja para aqueles que desejam firmar parcerias com os brasileiros. O articulista menciona alguns países, mas o maior destaque vai para Cuba e China na sua narrativa. Em se tratando de China, Raymont menciona uma conversa com Huang Hua, Embaixador da China nas Nações Unidas, recentemente, que, ao ser questionado sobre a viagem dos brasileiros para lá, “declarou **sobriamente**” que “a bola está nas mãos do Brasil”.

Mesmo sendo um artigo assinado, ele vem ao encontro das declarações que o *Jornal do Brasil* tinha publicado a respeito da parceria, bem como sobre a política externa que o presidente buscava desenvolver juntamente com o ministro do exterior, em conformidade com o que foi possível observar até agora nas análises feitas. A partir de agora, será possível perceber alguns elementos na narrativa do jornal *O Estado de São Paulo* que ainda não estavam presentes ou sobre os que não recebiam destaque, mas que poderá influenciar na construção da imagem simbólica do leitor que se enquadra na opinião pública que o periódico costuma dar voz.

Citando “fontes diplomáticas desta capital”, o *Estadão* publica uma notícia (*O Estado de S. Paulo*, 1974) na editoria de economia do periódico, na qual ele coloca sob investigação a

⁹ As informações encontradas sobre este colunista se encontram no seu curriculum *on-line*, escritas por ele. Raymont se diz *Independent Writing and Editing Professional*, da cidade de *New York* e região, nos EUA. No período do Governo Geisel, ele era um jornalista correspondente na América Latina pelo *NYT*. Suas colunas no *JB* eram eventuais.

relação do Brasil com a China nacionalista, ao passo que os brasileiros recém haviam chegado a Pequim. Para introduzir o questionamento sobre a China nacionalista, o jornal *OESP* comenta sobre o fatídico episódio ocorrido com representantes da RPC que estavam no Brasil em missão no início de 1964, quando foram detidos “sob a acusação de espionagem e atividades subversivas”, sendo um destes um alto representante do Conselho Chinês para Promoção do Comércio Internacional, e, conforme destacou o jornal paulista, foi esta mesma instituição a convidar os brasileiros que partiram em missão. Toda a segunda metade da reportagem trata sobre as negociações que o Brasil tem com a China nacionalista, mencionando que o Embaixador da China de Formosa aqui, Fu-Sung Chu, demonstrou tranquilidade sobre as negociações que se avistavam do Brasil com a RPC. Suas falas publicadas pelo jornal mostravam-se otimistas, declarando que “tanto no campo econômico, quanto no político, nossas relações são excelentes” e enfatizou ainda que uma missão da China nacionalista, chefiada por um enviado do Governo chinês, esteve no Brasil na semana anterior e que houve “conversas muito frutíferas” no Itamaraty. Curiosamente, esta visita não gerou repercussão, se comparado ao tanto que se estava sendo dito a respeito da viagem para a China comunista.

Se fosse feita aqui uma sondagem de opinião pública nos moldes que Bourdieu¹⁰ sugere ser mais eficaz¹¹, considerando as não respostas e no nosso caso as não notícias, certamente a falta de informações sobre a relação com a China nacionalista estaria nos dados obtidos com a pesquisa. A parte disso, *O Estado de São Paulo* publicou uma notícia (*O Estado de S. Paulo*, 1974) na editoria de internacional do dia 14 de abril de 1974 com algumas notícias sobre a missão que está em Pequim e mais uma vez também faz comentários acerca do histórico do comércio entre os dois países, destacando seu rompimento em 1964 e a falta de expressividade do mesmo no início dos anos 1970. Contrário a essas observações dos últimos anos, é o momento em que se encontravam, com os exportadores observando que o comércio com os chineses tem caráter ilimitável, atributo que se apresenta também no título da reportagem. Para o chefe da delegação brasileira, porém, os resultados desta viagem não seriam imediatos, mas,

¹⁰ Ver: BOURDIEU, 1982.

¹¹ O autor acredita que a “opinião pública” como é comumente referida não tem o valor que lhe atribuem. E explica que “[...] eu quis dizer que a opinião pública não existe, pelo menos na forma que lhe atribuem os que têm interesse em afirmar sua existência. Disse que havia, por um lado, opiniões mobilizadas, opiniões constituídas, grupos de pressão mobilizados em torno de um sistema de interesses; e, por outro lado, disposições, isto é, a opinião no estado implícito, que, por definição, não é opinião se com isso se comprehende algo que pode ser formulado em discurso com uma certa pretensão à coerência. [...] Digo simplesmente que a opinião, no sentido da definição social implicitamente admitida pelos que fazem sondagens de opinião ou pelos que utilizam os resultados das sondagens de opinião, não existe.” (BOURDIEU, 1982, p. 151)

naquele momento, as propostas de ambos os lados já haviam sido apresentadas, sem fornecer maiores detalhes sobre.

O *Estadão* também mostra nesta notícia informações sobre o que foi publicado na imprensa chinesa a respeito da presença dos brasileiros, considerada por eles “amistosa” e, também, no círculo diplomático chinês vista como um “notável gesto” do general Geisel. Conforme o *OESP*, esses diplomatas deixaram claro seu interesse na América Latina¹², bem como frisaram que a China Comunista não se importa com desequilíbrios na balança bilateral, o que importa é a balança global. E sobre a presença dos enviados do Governo brasileiro, ignorou-se qualquer questão política, segundo o jornal paulista citando a imprensa chinesa, pois mostraram-se “discretíssimos”.

No dia 16 de abril de 1974, o *Estadão* apresenta uma chamada (*O Estado de S. Paulo*, 1974) na capa do jornal a respeito da possibilidade de o Brasil enviar uma missão governamental para Pequim, conforme informações da Agência Nova China. Considerando as matérias analisadas até agora pelo *OESP*, alguns aspectos nessa chamada ganham relevância maior na narrativa do periódico. Nela, a missão dos exportadores brasileiros que se encontram na China Popular é referenciada como “**missão econômica**” e relacionada a isso está uma frase do Ministro Mario Henrique Simonsen, dita após sair do escritório de Geisel, conforme frisou o jornal, de que o Governo brasileiro não ignora o potencial do mercado consumidor da China Popular e ainda acrescenta que “**transação comercial é um fator econômico e não político**”. A autonomia que o jornal teve para construir esta chamada é algo a ser pensado, pois o que conecta os destaques em negrito deste parágrafo são as informações de que a China concordou em enviar uma missão governamental para o Brasil com a finalidade de tratar sobre as relações diplomáticas, mas, junto a este aceite, houve algumas condições previamente impostas para que isso se realizasse, sendo a ida de uma missão governamental do Brasil para a China e também uma **declaração pública** anulando o processo que deteve nove chineses que trabalhavam no escritório comercial com sede no Rio de Janeiro em 1964, episódio ocorrido em abril daquele

¹² Conforme artigo escrito por Jorge Arbage (2021), a China que estava libertando-se da Revolução Cultural no início dos anos 1970, necessitava de novos parceiros para sua diplomacia. Antes do Governo Geisel em 1974, os EUA que também precisavam melhorar suas relações com a Ásia, conforme destaca Arbage (2021), estabelece relações com a China em 1972, reconhecendo Taiwan como parte do território Chinês. É importante analisar esta situação, mesmo que não mencionada abertamente na bibliografia sobre a política externa do Governo Geisel, como tendo servido de vitrine para que o General diversificasse as suas parcerias, sem importar-se com ideologias internas, como as grandes potências estavam fazendo.

ano¹³, após o golpe civil-militar. Essas exigências por parte dos chineses **ressaltam características políticas e não econômicas**, como tem sido a referência das falas de integrantes do Governo brasileiro a respeito da relação entre Brasil e China comunista naquele período, publicadas pelos jornais aqui trabalhados. Por fim, outra peculiaridade desta chamada é que ela não conduz a nenhuma notícia ou à reportagem no interior do periódico, o que não é comum, mesmo ao final dela contendo a informação de “Diplomacia, na página 20”.

Todavia, um ponto que é possível destacar acerca dessas últimas observações sobre as publicações do *OESP* remete à censura que a empresa sofria. Apesar de não termos nos deparado com nenhuma página censurada¹⁴, é possível que o jornal tenha se antecipado e feito a autocensura, prática que ocorria quando as empresas jornalísticas tentavam evitar a ação dos censores em seus trabalhos.

O *Jornal do Brasil*, que vinha defendendo a importância de o Brasil conquistar o mercado da China comunista, seguiu com chamadas na capa e reportagens em seus editoriais sobre notícias voltadas para economia, quadro nacional e internacional, nos dias finais da missão brasileira na RPC. A manchete (*Jornal do Brasil*, 1974) na capa do dia 14 de abril no *JB* faz alusão à ênfase dada pela imprensa de Pequim à presença da missão brasileira na China e também aos planos do presidente da AEB para fomentar o comércio com aquele país, relacionando com uma notícia (*Jornal do Brasil*, 1974) no interior do jornal. Na essência, a notícia continha as mesmas informações divulgadas também no *OESP*, pois o destaque das notícias foi através do que publicou a imprensa chinesa. A peculiaridade da notícia publicada pelo jornal carioca é expressa por palavras “complementares”, “observadores” e “amistosa” ressaltadas em negrito pelo jornal. A primeira palavra refere-se à economia dos dois países, que, além de serem complementares, na visão da imprensa chinesa, abrem “imensas” possibilidades no comércio. Observadores, como já mencionamos anteriormente, é como o

¹³ Conforme o *Estadão*, os nove chineses detidos pela polícia política em 1964 acusados de “tentar mudar a ordem constitucional do País de forma subversiva” foram presos e torturados, além de terem o dinheiro que havia com eles apreendido e ficando incomunicáveis por mais de um mês, sendo expulsos do Brasil pelo presidente Castelo Branco em 1965. Nenhuma das acusações foi comprovada. Informações disponíveis no acervo online do *OESP*, “Livro relembra prisão de chineses na ditadura”, *O Estado de São Paulo*, 05 de agosto de 2014, coluna assinada por Wilson Tosta.

¹⁴ O Jornal *O Estado de São Paulo* possui no seu acervo *on-line* o registro das páginas que foram censuradas com todas as marcações do que não deveria ser publicado, sempre junto a página publicada, possibilitando ao pesquisador comparar os arquivos. O periódico costumava publicar poesias no local do material censurado, mas por vezes o objeto de censura era tão pequeno, alguma frase apenas, que o jornal acabava por colocar apenas o título de uma poesia, sempre com a observação entre parênteses de que continuaria.

próprio Governo brasileiro definiu seus enviados na missão para a China comunista. E é assim que eles foram chamados, além de “discretíssimos”, como também destacou o *JB* sobre a notícia chinesa ao dissertar sobre negociações políticas. E “amistosa” foi o adjetivo dado pela imprensa de Pequim para as conversações entre brasileiros e chineses. O jornal carioca menciona que Coutinho ressaltou que os chineses foram “extremamente corteses” com todos. Demais comentários acerca da visita centralizaram em torno de reuniões não oficiais, mas de igual importância para negociações, compreendendo turismo e jantares.

A chamada (*Jornal do Brasil*, 1974) na capa sobre uma notícia (*Jornal do Brasil*, 1974) que relata o aceite chinês em enviar uma missão ao Brasil publicada pelo *Jornal do Brasil* difere bastante da que foi publicada no *Estadão*, não só em estética, mas em narrativa, estando a abordagem do *JB* relativamente mais branda do que a do jornal paulista. Na capa está indicado que, “segundo as estruturas oficiais chinesas”, a missão deles que viria ao Brasil ainda naquele ano incluiria “necessariamente responsabilidades governamentais”. Nessa chamada, o jornal não apresenta qualquer informação como sendo critério para a vinda dos chineses, apenas informou que o advogado que acompanhava a missão, o mesmo que defendeu os chineses no Brasil em 1964 no episódio já mencionado, acreditava que o reatamento de relações diplomáticas se daria somente após a vinda dos chineses ao Brasil.

A notícia que segue no interior do periódico não faz nenhuma menção aos critérios impostos pelos chineses para as negociações, conforme o *Estadão* havia publicado (*O Estado de S. Paulo*, 1974). Tudo o que se expõe nela remete a **otimismo** em relação à parceria, sendo este um dos subtítulos da reportagem feita pelo *JB*. Nesta publicação, o jornal chega a afirmar que as relações serão restabelecidas após a vinda dos chineses já no primeiro parágrafo, diferindo do título e da chamada em que a abordagem fazia menção a possibilidades ainda incertas, mas desejosas como foi possível perceber nas últimas publicações deste periódico. O jornal carioca também descreve que “o **magnífico** interesse chinês” em mercadorias brasileiras elencadas na reportagem confirma junto aos observadores que as relações diplomáticas estão prestes a serem restabelecidas.

Sob esse viés, dois aspectos são importantes na comparação narrativa entre os dois jornais: a questão da China nacionalista e dos chineses presos em 1964. Esses apontamentos estão mais em evidência no jornal *O Estado de São Paulo* do que no *Jornal do Brasil*, e isso poderá ser observado também nas próximas análises deste trabalho. Defendemos aqui que esta abordagem narrativa está diretamente relacionada à construção da opinião pública, aquela que

o periódico representa, pois há, como mostraremos, uma salvaguarda de interesses demonstrada principalmente pelo *OESP*.

O *Estadão* voltou a fazer uma manchete (*O Estado de S. Paulo*, 1974) de capa no dia 18 do mesmo mês sem que houvesse uma continuidade ao assunto tratado dentro do jornal e mais uma vez abordando aspectos da parceria em sua narrativa que não foram mencionados pelo jornal carioca. A notícia relata que o Brasil enviará a China até meados de 1975 uma feira para expor os seus produtos, a fim de incrementar a pauta de comércio entre os dois países. Segundo o jornal *O Estado de São Paulo*, esses entendimentos foram feitos pelos empresários que estavam na missão à China comunista. Porém, no *Jornal do Brasil* do dia 19, consta a informação de que o Itamaraty desmentiu a realização desta feira (*Jornal do Brasil*, 1974), alegando que o órgão responsável por eventos deste tipo não tinha qualquer conhecimento do assunto e ressalta que essa informação, da negação, vem de fonte autorizada do Ministério das Relações Exteriores. Ainda a manchete do *Estadão*, referindo-se à feira, diz que “Os entendimentos finais estão apenas na dependência de que o Banco do Brasil devolva a importância, em dólares, equivalente a 100 mil cruzeiros, que foi confiscada da missão chinesa que veio ao Brasil em 1964 e que acabou sendo expulsa do país” (*Jornal do Brasil*, 1974).

Mais uma vez remete a um episódio que provavelmente não era do agrado do Governo brasileiro que fosse mencionado, muito menos que ressaltassem o caráter subversivo que motivou a prisão dos chineses, como também salienta o *OESP*, para descrever o quanto importante é agora para as negociações o chefe daquela missão, que havia sido expulso do Brasil no primeiro Governo da ditadura. O *Jornal do Brasil* começa a reduzir o número de publicações sobre o assunto, mas segue na mesma linha de raciocínio segundo a qual os brasileiros deveriam conquistar o mercado chinês, aludindo a observações de Coutinho após a viagem realizada recentemente, de que o empresário constatou que há uma “corrida dos países industrializados para conquistar posições no mercado chinês” (*Jornal do Brasil*, 1974). Já o *Estadão* (*O Estado de S. Paulo*, 1974), também ao referenciar depoimentos do presidente da AEB na missão a China Popular, publica que o empresário julgou satisfatórias as conversações no país comunista, mas que o Brasil não deveria “superestimar as possibilidades”, considerando apenas como um mercado de “potencial razoável”.

O jornal carioca fez da entrevista fornecida pelo empresário uma reportagem (*Jornal do Brasil*, 1974) de quase meia página na editoria de economia, ao passo que o periódico paulista se limitou a publicar apenas estas afirmações citadas. A reportagem do *JB* conta com narrativas

a respeito dos contatos realizados na China, informações sobre exportação e sobre a “corrida ao mercado”, como denominou o jornal. Também é ressaltado que, como fruto dos contatos oficiais, veio o convite para uma missão chinesa no Brasil que, segundo Coutinho, foi “aceito imediatamente”, mas uma vez não foi mencionado nenhum detalhe mostrado como imposição à vinda dos chineses para cá, conforme divulgou *O Estado de São Paulo* nas últimas publicações.

A respeito de confirmação fornecida pelo Itamaraty, o jornal carioca divulga apenas uma nota (*Jornal do Brasil*, 1974) de que a informação foi fornecida por Azeredo da Silveira “após despachar por mais de duas horas com o presidente Geisel” no dia anterior, alegando que os resultados da missão brasileira foram “bastante favoráveis” e, quando questionado sobre as relações diplomáticas, respondeu que “isso é outro assunto, a ser considerado no futuro”. Em outro dia, o *Jornal do Brasil* publicou uma notícia (*Jornal do Brasil*, 1974), mencionando um “demorado contato” entre Coutinho e o Ministro do Planejamento, Reis Velloso. Aqui a pauta foi a questão do **petróleo**, entre outros assuntos, mas foi registrado que Brasil e China poderão estreitar seu comércio neste sentido. Mais uma vez foi sublinhado que não há preocupação por parte dos chineses em um desequilíbrio da balança bilateral ao encerrar a publicação, citando Coutinho ao dizer sobre a receptividade na China que “eles são muito acessíveis e extremamente amáveis”. Destacando sempre a positividade e os benefícios da relação entre Brasil e China que se mostra cada vez mais próxima de intensificação, esta foi a última notícia que o *JB* publicou sobre o assunto no mês de abril, em decorrência da missão brasileira que esteve na China, contendo integrantes enviados pelo Governo de Geisel.

Após a confirmação oficial do Itamaraty sobre a vinda de uma missão chinesa em agosto de 1974, *O Estado de São Paulo* se estendeu um pouco além do jornal carioca nas publicações acerca do assunto, fazendo inclusive um texto na página de opinião da empresa jornalística sobre política externa, não assinado (*O Estado de S. Paulo*, 1974), no final do mês de abril. Na editoria que trata sobre relações internacionais e governo, o jornal paulista publica a notícia (*O Estado de S. Paulo*, 1974) de que se confirmou a vinda dos chineses, bem como informações sobre a tecnologia em avanço relacionada ao **petróleo** e o interesse demonstrado em compartilhar isso com os brasileiros, figurando-se como um produto a ser comercializado e de interesse da Petrobras. Porém, o *Estadão* não deixa de mencionar o assunto da prisão dos chineses em 1964, que, ao contrário do *JB* que encerrou a reportagem abordando sobre as características dos chineses no trato com os demais, o jornal *OESP* assegura que o **antigo chefe**

da missão chinesa preso em 1964 pelos militares, caso seja designado nesta nova missão, “virá com certeza, porque guarda **muitas saudades** do Brasil”.

Em uma manchete (*O Estado de S. Paulo*, 1974) de capa exaltando palavras de Silveira em ocasião do Dia do Diplomata, o *Estadão* ressalta estar tudo pronto para o “programa de exportações para a China”, que deverá ser concluído em agosto com a vinda dos chineses. Nesta mesma chamada, o jornal salientou da fala do Ministro do Exterior que qualquer intenção de prepotência em relação a nação brasileira, ao passo que entendem e apoiam qualquer manifestação “livre de imposições exógenas” acerca dos anseios nacionais, dizendo, em outras palavras, que o Governo brasileiro não aceita interferências internas na política interna vinda de outros países. Isso já estava expresso no discurso de posse de Geisel, quando preconizou a não interferência em assuntos nacionais por parte das relações externas, como vimos anteriormente.

A notícia (*O Estado de S. Paulo*, 1974) que segue na editoria de internacional possui uma narrativa mais otimista e não tão crítica quanto as anteriores a respeito das negociações entre o Brasil e a China comunista. Nela, os destaques são para os possíveis produtos a serem exportados e importados – desta vez, sem maiores destaques para o petróleo – pelos dois países, mas, conforme Coutinho, declararam estar prontos para que tudo se modifique com a chegada dos chineses. Para Coutinho, o parque industrial brasileiro poderá impressionar muito. Por sua vez, o ministro Severo Gomes, da Industria, declarou que, naquele primeiro ano do Governo Geisel, pretendia-se criar incentivos à exportação, estando a relação com a China diretamente relacionada com estes planos, pois tratava-se do surgimento de um novo mercado para os produtos brasileiros.

No dia seguinte, há uma notícia (*O Estado de S. Paulo*, 1974) também em página que trata sobre questões internacionais, na qual o *Estadão* retrata na sua narrativa a aproximação entre Brasil e China como “acelerada”, assim como a execução da política do pragmatismo responsável está sendo em “alta velocidade” pelo Governo Geisel. O jornal paulista também atribui à política externa o caráter de “criadora” e “atualizadora”, fazendo referência a contatos com outros países, como a Hungria, Romênia e Bulgária. Como é possível ver neste trecho: “A vinda ao Brasil, em agosto, da missão comercial chinesa será **um segundo e rápido passo** para

o estabelecimento de **relações diplomáticas** entre Brasília e Pequim, que poderá ocorrer ainda este ano”.¹⁵

O jornal paulista faz observações comparando com o antes e depois da posse de Geisel, que, poucos dias após assumir o Governo brasileiro, “emprestou caráter oficial” à missão que partiria para a China e que por tudo que foi acompanhado até o momento “não se acredita, diante da **velocidade** imprimida, que as relações diplomáticas demorem a ser estabelecidas”. O *OESP* analisa ainda que esta postura do novo governo se traduz em tudo que possa contribuir para o desenvolvimento nacional, fator que está de acordo com os ideais expressos por Geisel, como foi possível observar até agora¹⁶.

Por fim, a última publicação em torno da política externa e dos eventos da posse do novo governo, bem como a ida de uma missão brasileira para a China, resultou ao final do mês de abril em um texto no editorial (*O Estado de S. Paulo*, 1974), conforme mencionado anteriormente. No editorial, o jornal defende a sua posição de comunicador que há muitos anos já argumenta para a tese de que “ideologia política e comércio exterior não devem ter nada a ver entre si”. Para dar bases ao seu argumento, o jornal paulista refaz um breve histórico de publicações que vem desde a Segunda Guerra Mundial, mostrando as vezes em que a narrativa da empresa esteve dando suporte a decisões dos governos brasileiros perante outros países. E mesmo agora após a declaração de Severo Gomes sobre a intensificação de exportações, incluindo o mercado da China comunista, *O Estado de S. Paulo* segue defendendo o **intercâmbio comercial** entre os dois países em proveito mútuo, sem mencionar a defesa por relações diplomáticas.

Defendo que isso se dá pelo fato de a comunidade chinesa em São Paulo ser de grandes proporções e o período em que ela passou a crescer de forma mais rápida foi após os anos 1960, tendo em grande expressividade membros da China nacionalista. A questão por trás da narrativa do jornal muito provavelmente se relaciona à voz da “opinião pública” que o jornal defende, considerando que países que passam a reconhecer a República Popular da China como a única

¹⁵ Grifos meus.

¹⁶ Conforme exposto na sua biografia publicada nos anos 1990 pelo CPDOC (1998), ao responder perguntas sobre as relações internacionais do país no período em que esteve no Governo, Geisel explica que as suas decisões para relações exteriores eram tomadas com base nas necessidades nacionais de desenvolvimento. O que ele quis dizer era que não importava como o país era gerido internamente, principalmente em questões ideológicas, mas o que estava no contrato de parceria. Por vezes essa postura do General causava problemas com outros membros do exército, ditos pertencentes a “linha dura”, conforme consta em sua biografia. Em relação aos outros governos militares, a diplomacia desenvolvida no Governo Geisel diferia totalmente, pois não era de caráter americanista, não havia um alinhamento automático com os Estados Unidos da América.

China, consequentemente, denunciam as relações diplomáticas estabelecidas com Formosa. Algo de relevância encontrado na narrativa do jornal paulista, que não é possível observar no jornal carioca, é a pouca abordagem sobre aspectos da relação do Brasil e da China nacionalista desde o início do Governo Geisel, como o fez o *Estadão* quando teve oportunidade, mesmo quando publicou a notícia (*Jornal do Brasil*, 1974) a respeito do percentual elevado de comércio entre o Brasil e a RDC no ano que antecedeu o Governo Geisel.

2. Igualdade de tratamento: Embaixadas no Brasil e na China Popular

O acordo para a instalação e o funcionamento das Embaixadas foi assinado no dia 28 de novembro de 1974, conforme o documento, e ele foi regido com base nos princípios de igualdade de tratamento, reciprocidade e consulta amistosa entre as duas partes, garantindo assistência e segurança para as embaixadas e o pessoal que lá trabalhar. Consta que as duas partes estipulariam o número máximo de funcionários e no anexo está a informação de que o número definido foi de 45 funcionários, não entrando neste cálculo familiares que tenham se mudado para acompanhar os que lá trabalharam. Estabeleceu-se também que ocorresse facilidade de comunicação entre os Governos e as Embaixadas, dando atenção ao regulamento do governo de onde a embaixada estivesse fixada, levando em consideração sempre a questão da reciprocidade e da não discriminação.

No mês de novembro, o jornal *OESP* publicou uma notícia (*O Estado de S. Paulo*, 1974) sobre a China exortar a união dos países em desenvolvimento, uma nota (*O Estado de S. Paulo*, 1974) que tematizava o fato de as negociações terem êxito na China entre os dois países e, também, que a missão brasileira – que foi para negociar a venda de açúcar – chegou lá em 31 de outubro. Dia 15, uma notícia (*O Estado de S. Paulo*, 1974) anunciando que 54 toneladas de açúcar estariam sendo vendidas para China por um preço abaixo do mercado atual, por se tratar de um acordo a longo prazo, foi publicada. No dia 17, houve uma notícia (*O Estado de S. Paulo*, 1974) em que o jornal analisou o comércio com a China nos últimos anos, como já fora feito várias vezes, mas mostrando dados fornecidos pelo banco sobre a relação com as duas Chinas, quando em 1972 e 1973 a RPC passou a ser mais vantajosa para o país. Sempre destacou que o comércio já ocorria sem as relações diplomáticas. Alguns dias depois, outra notícia (*O Estado de S. Paulo*, 1974) sobre a evolução do comércio Brasil-China foi publicada e, também, além de mais um outro texto que mencionava sobre o fato de o Brasil vender açúcar e comprar carvão

(*O Estado de S. Paulo*, 1974) – neste dia foi feita chamada na capa (*O Estado de S. Paulo*, 1974) para esta notícia sobre viabilidade da compra de carvão chinês de boa qualidade, restando ainda acertar o frete, na expectativa de que a China comprasse minério de ferro, daí o navio iria e voltaria carregado.

Os textos do *Jornal do Brasil* no mês em que ocorreu a assinatura do Acordo sobre a Instalação de Embaixadas de Brasil e China, ao contrário do *OESP*, mencionaram o assunto em poucos escritos. E eles são os únicos que envolveram os dois países. No restante dos dias e das publicações – nas quais a China foi realmente citada muitas vezes – o assunto versou sobre o possível incremento nas relações entre China comunista e Estados Unidos¹⁷. A primeira notícia (*Jornal do Brasil*, 1974) do *JB* sobre Brasil e China ocorreu no dia 13, depois de bastante tempo sem que o jornal mencionasse a relação, em uma reportagem que abordou a questão da missão de brasileiros que estaria na China para fechar acordo comercial. No dia 26, comentou-se sobre a criação das Embaixadas, bem como houve uma análise no escrito (*Jornal do Brasil*, 1974) sobre as opções que o Embaixador que lá estivesse teria para distrair-se quando não estivesse trabalhando e concluiu que eram poucas atividades neste sentido disponíveis naquele país, o que não combinava com todas as propagandas de turismo feitas no jornal carioca. No dia 27, houve uma manchete de capa (*Jornal do Brasil*, 1974) e uma notícia (*Jornal do Brasil*, 1974) explanando sobre o fornecimento estabelecido para cinco anos das exportações brasileiras para a China.

A última reportagem (*Jornal do Brasil*, 1974) do *JB* naquele mês tratou do nome do diplomata escolhido para representar o Brasil na Embaixada em Pequim, seria Aluísio Napoleão. Este só estaria indo para lá no início do ano de 1975. Ao contrário do que havia ocorrido o ano todo em volta da possibilidade do estabelecimento de relações diplomáticas, neste momento o assunto começou a sair da pauta da imprensa, apenas aparecendo em situações pontuais, como esta, exceto pelo fato de que *OESP* publicou notícias sobre os dois países, mas não se referiu sobre a questão das embaixadas, ao mesmo tempo que nenhum dos jornais mencionou os aspectos contidos no acordo.

¹⁷ Falar sobre as relações entre China e EUA nos jornais trazia uma atenção maior sobre a parceria entre um país democrático e um país comunista, principalmente por se tratar de um período da Guerra Fria. Mostrava as possibilidades de negociações entre diferentes países, de diferentes vertentes ideológicas.

3. Acordo Comercial Brasil-China

Contendo 11 artigos, o acordo Comercial foi assinado por Brasil e China em 07 de janeiro de 1978, tendo como base três princípios que já constavam no comunicado conjunto do mês de agosto de 1974, a saber: o fortalecimento da amizade, benefícios recíprocos em caráter de igualdade. O Acordo passaria a vigorar por três anos a partir da sua assinatura, podendo ser renovado a cada um ano. Entre os artigos, destacam-se o incentivo ao comércio entre os dois países, fazendo o possível para que houvesse equilíbrio na balança; o caráter de relação mais favorecida, mercadorias com preços comparáveis no mercado, moedas conversíveis; o esforço em aumentar, sem que houvesse prejuízo, o comércio de manufaturados e semimanufaturados; criar feiras e exposições que viessem a desenvolver o comércio; criação de uma comissão mista que se reunisse a cada dois anos para analisar o cumprimento do contrato e que o que fosse firmado a partir dele continuasse a valer mesmo que o Acordo fosse encerrado – o mesmo que aconteceu com as negociações de empresas brasileiras com as da China nacionalista, quando se encerraram as relações diplomáticas com eles –. Por fim, um item relacionado à política externa praticada por Geisel e Azeredo da Silveira, de que o acordo não influi em medidas restritivas que as partes venham a tomar para a proteção nacional, da saúde pública, do patrimônio histórico-cultural e a sanidade da fauna e flora, ou seja, a não interferência em assuntos internos.

Se o jornal *OESP* pareceu sucinto ao se referir sobre Brasil e China no mês de novembro de 1974, em relação ao Acordo Comercial, mostrou vários artigos a serem destacados, como evidenciamos no parágrafo anterior. Contou apenas com uma notícia (*O Estado de S. Paulo*, 1978) feita pelo jornal paulista, no dia 10 do mês em que foi assinado o Acordo, em que, além de tratar sobre o fato de o Itamaraty ter divulgado a íntegra do mesmo no dia anterior, ressaltou a dificuldade enfrentada na questão portuária, que dificultava para que fossem adquiridas mercadorias chinesas. Fora isso, em janeiro de 1978, o jornal *OESP* mencionou a China em mais duas publicações, uma em uma entrevista de Geisel (*O Estado de S. Paulo*, 1978) publicada por eles e outra sobre elogios à política externa do Governo Geisel (*O Estado de S. Paulo*, 1978).

O *Jornal do Brasil* expôs quatro publicações sobre Brasil e China em especial, sobre o novo Acordo firmado entre os dois países. A primeira delas (*Jornal do Brasil*, 1978) discorreu sobre assinatura do Acordo e o fato de que a balança pendia para o Brasil. Situação que vem sendo mencionada há bastante tempo nesta pesquisa e o que tornava a parceria vantajosa desde

o início. A notícia (*Jornal do Brasil*, 1978) do dia 10 tematizou a divulgação por parte do Itamaraty sobre o Acordo Comercial, destacando o tratamento de “Nação mais favorecida”. Mais para o final do mês, houve uma nota (*Jornal do Brasil*, 1978) de que o capital estrangeiro só representava 10% da economia e ao final dela exibiu-se o informativo sobre o IAA de que planejavam aumentar as vendas de açúcar para a China. Por fim, outra nota (*Jornal do Brasil*, 1978), mas desta vez apenas de três linhas, noticiando que os números fornecidos a respeito da venda de açúcar não estariam corretos e que o Governo só não desmentia para não influir nas cotações.

E, assim, encerra-se o estudo realizado acerca do Acordo Comercial, no qual foi possível constatar o fato de os jornais irem de um extremo ao outro em seus posicionamentos frente ao estabelecimento de parceria diplomática entre Brasil e RPC, mesmo mostrando os pontos positivos da relação, assim como os textos sobre a instalação de embaixadas e, por fim, a quantidade de publicações sendo reduzidas no decorrer do mandato do General Geisel. O teor, por vezes questionador na narrativa dos textos jornalísticos, principalmente da parte do *OESP*, com seus editoriais, contrastava com os textos do *JB* em que quase não se viram editoriais publicados em relação ao assunto, mas principalmente notícias nas páginas das editorias. Sendo assim, apesar de conter bem mais publicações sobre a parceria no *JB*, ao que parece, o jornal carioca tende a abster-se de emitir a sua opinião através dos editoriais, que, como se viu, é a página principal usada pelas empresas jornalísticas para publicar tais textos¹⁸.

Considerações Finais

A questão do petróleo como principal produto para a negociação de compra até o último momento em que se concretizou publicamente a parceria diplomática, como mostram os jornais, o qual se relaciona ao fato de a relação se tratar apenas de uma diversificação de parcerias, conforme o predisposto na formulação da política externa do pragmatismo responsável e ecumênico. Considera-se que não se trata apenas de descobrir naquele momento, mas sim de revelar, pois, como identificado nos jornais, já havia um longo estudo prévio a respeito da extração e exportação do petróleo chinês, e, em função disso, é de se indagar que o Governo só tenha sabido da impossibilidade de comprar o petróleo nas vésperas de assinar um Acordo

¹⁸ Sobre isso, ver: AGUIAR, Rafe. Dicionário Jornalístico: entenda todos os jargões. Coisas de Jornalista, 2016.

diplomático com aquele país. Nessa perspectiva, trabalha-se com a hipótese de que o Governo brasileiro sabia da impossibilidade da compra do produto, entre outros motivos apresentados, por ser inviável atracar com os navios necessários no porto chinês, oferecendo a alternativa de utilizar os navios que retornavam do Japão para o Brasil, mas sem maiores explicações de como seria possível embarcar o produto.

Sendo assim, apesar de a questão energética ser de grande importância para Geisel, em relação ao desenvolvimento nacional, tal como indicado ao longo deste estudo, adotou-se a ideia de que os motivos para a concretização da parceria naquele momento justificavam-se por outros fatores. Pode-se dizer que um deles era a balança extremamente favorável ao Brasil, que sabia não conter muitos produtos pelos quais se interessariam em importar, mas que tinham conhecimento dos lucros do que seria exportado para a China comunista. Dados sobre isso são verificáveis nos jornais, nas diversas vezes em que construíram um panorama das transações comerciais entre os dois países, bem como na bibliografia especializada. Portanto, descrever o petróleo como sendo um dos produtos a entrar na pauta de compra pelo Brasil parecia um meio para um fim. Outro aspecto que leva esta pesquisadora a crer nesse ponto de vista são as informações divulgadas pela imprensa de que, para a China, não importava o desequilíbrio na balança – fator favorável ao Brasil – mas que, através do Acordo Comercial de 1978, identificou-se uma preocupação em alcançar este equilíbrio. Não cabe fazer aqui uma afirmação definitiva, pois o *corpus* documental não continha esta informação, mas pode-se deixar isso em aberto para que novas possibilidades de pesquisa venham a surgir, acrescentando dados que complementem as respostas para as questões aqui formuladas.

Ainda resta abordar especificamente sobre o retrato construído pela imprensa para o público leitor, com narrativa atrelada a intenções, as quais se mostravam mais claramente em alguns momentos, assim como eram disfarçadas em outros. Sob esse viés, um dos melhores benefícios de fazer uso da imprensa enquanto objeto de estudo é poder reconhecer o debate político ao qual ela dá forma. Diante do propósito desta pesquisa, de analisar como os atores da esfera pública posicionavam-se em um período ditatorial no qual a censura estava em evidência, foi possível delinear os caminhos pelos quais seguiam as publicações, bem como todas as vezes em que a rota se modificou ou pareceu tortuosa. Observou-se a forma com que a imprensa estudada delineou a especulação em torno da parceria entre Brasil e China comunista, dando ênfase a isso e criando uma tensão com base na expectativa sobre a sua concretização ou e, também, o que implicaria o estabelecimento de relações diplomáticas. Como pode ser notado,

para o *JB* do Rio de Janeiro, o teor narrativo era um, quase sempre mais entusiasta e incentivador para que a parceria se concretizasse, assim como, para *OESP* de São Paulo, as consequências do acordo diplomático não pareciam ser tão promissoras.

Referências:

AARÃO REIS FILHO, Daniel. **Ditadura Militar, esquerdas e sociedade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978)**: o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.

ARARIPE, Oscar. **China Hoje – O Pragmatismo Possível**. 1ed. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1974.

ARBAGE, J. (2021). **A Diplomacia Triangular**: Nixon, Kissinger e a China. *Epígrafe*, 10(2), 89-120.

BECARD, Danielly Silva Ramos. **O Brasil e a República Popular da China**: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004). Brasília: FUNAG, 2008.

BOURDIEU, Pierre. A Opinião Pública Não Existe. In: THIOLLENT, Michel J. M. **Crítica Metodológica, Investigação Social & Enquete Operária**. Belo Horizonte: Editora Polis, 1987.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Ligia. **O Bravo Matutino**: Imprensa e Ideologia: O Jornal o Estado de São Paulo. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.46, n. 2, jul./dez. 2003.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião**: o novo jogo político. Tradução: TEIXEIRA, Guilherme J. de Freitas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

DARNTON, R. Jornalismo: toda a Notícia que couber a gente publica. In.: DARNTON, R. **O Beijo de Lamourette**. Mídia, Cultura e Revolução. Cia das Letras. 1990. P. 41-57.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso Corrêa Pinto de. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. **Dossiê Geisel**. 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. **O Brasil e a URSS na Guerra Fria:** a política externa independente na imprensa gaúcha. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida Editora, 2010.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História** [impressão], v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública:** investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira:** passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LIGIÉRO, Luiz Fernando. **A autonomia na política externa brasileira:** a política externa independente e o pragmatismo responsável: momentos diferentes, políticas semelhantes? Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. O golpe militar de 1964 como fenômeno de política internacional. In: TOLEDO, Caio Navarro. (Org.). **1964: Visões Críticas do Golpe - Democracia e Reformas no Populismo.** 2ed.Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Org.). **A Ditadura que mudou o Brasil – 50 Anos do Golpe de 1964.** Rio de Janeiro: ZAHAR, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho:** o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

MÜLLER, Pricila Niches. **Marcha sobre Pequim:** a República Popular da China na Política Externa do Governo Geisel (1974-1979) segundo O Jornal do Brasil e O Estado de S. Paulo. Dissertação de mestrado, 2019.

OLIVEIRA, Henrique Altemani; LESSA, Antônio Carlos (Org.). **Relações Internacionais do Brasil:** temas e agendas. v.1. São Paulo, Saraiva: 2006.

PINHEIRO, Letícia de Abreu. **Política externa brasileira, 1889-2002.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

_____. O pragmatismo responsável no arquivo do presidente Geisel. In: D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso Corrêa Pinto de (org.). **Dossiê Geisel.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 75-88.

_____. Restabelecimento de Relações Diplomáticas com a República Popular da China: uma análise do processo de tomada de decisão. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, 1993, p. 247-270.

SILVA, Heloisa Conceição Machado da. **Da substituição de importações à substituição de exportações:** a política de comércio exterior brasileira de 1945 a 1979. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SOARES, G. A. D.. Censura durante o regime autoritário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (Impresso), v. 10, p. -, 1995.

Jornais:

O Estado de S. Paulo, “Para exportadores, comércio com os chineses é ilimitável”, 14 de abril de 1974, p.14.

Jornal do Brasil, “Intercambio depende de escritórios”, 04 de abril de 1974, p. 17, 1º caderno.

Jornal do Brasil, “Ideias e Mercadorias”, 02 de abril de 1974, p.6, 1º caderno, editorial.

Jornal do Brasil, “Missão para a China Popular viajará com 20 integrantes”, 02 de abril de 1974, p. 22, 1º caderno.

Jornal do Brasil, “Formosa quer negociar importações”, 02 de abril de 1974, p. 22, 1º caderno.

Jornal do Brasil, “Missão à China tem um mandato limitado”, 03 de abril de 1974, p. 3, 1º caderno.

O Estado de S. Paulo, “Três ministros debatem a missão comercial à China”, 03 de abril de 1974, p.11.

Jornal do Brasil, “Representante do IAA visita a China para pesquisar mercado”, 04 de abril de 1974, p. 17, 1º caderno.

Jornal do Brasil, “Severo Gomes propõe esquema para apoiar pequena empresa”, 04 de abril de 1974, p. 19, 1º caderno.

O Estado de S. Paulo, “Missão chinesa será convidada”, 05 de abril de 1974, p.12.

Jornal do Brasil, “Exportador pede comércio com a China”, 06 de abril de 1974, capa.

Jornal do Brasil, “AEB acha necessário estabelecer relação entre Brasil e China”, 06 de abril de 1974, p. 17, 1º caderno.

Jornal do Brasil, “AEB acha necessário estabelecer relação entre Brasil e China”, 06 de abril de 1974, p. 17, 1º caderno.

Jornal do Brasil, “Brasil, uma expectativa”, 13 de abril de 1974, p. 8, 1º caderno, artigo assinado.

O Estado de S. Paulo, “Missão na China rompe isolamento”, 12 de abril de 1974, p.9.

O Estado de S. Paulo, “Para exportadores, comércio com os chineses é ilimitável”, 14 de abril de 1974, p.14.

O Estado de S. Paulo, “Brasil poderá ter missão em Pequim”, 16 de abril de 1974, capa.

Jornal do Brasil, “Imprensa chinesa destaca visita da missão brasileira”, 14 de abril de 1974, capa.

Jornal do Brasil, “Imprensa chinesa destaca a visita dos brasileiros”, 14 de abril de 1974, p.28, 1º caderno.

Jornal do Brasil, “China aceita enviar missão ao Brasil”, 15 de abril de 1974, capa.

Jornal do Brasil, “Brasil e China estudam reatamento de relações”, 15 de abril de 1974, p.14, 1º caderno.

O Estado de S. Paulo, “Brasil poderá ter missão em Pequim”, 16 de abril de 1974, capa.

O Estado de S. Paulo, “Feira mostrará Brasil à China”, 18 de abril de 1974, capa.

Jornal do Brasil, “Feira na China tem desmentido”, 19 de abril de 1974, p.14, 1º caderno.

Jornal do Brasil, “Feira na China tem desmentido”, 19 de abril de 1974, p.14, 1º caderno.

Jornal do Brasil, “Corrida ao Mercado”, 23 de abril de 1974, p.16, 1º caderno.

O Estado de S. Paulo, “China confirma envio de missão”, 23 de abril de 1974, capa.

Jornal do Brasil, “Missão chinesa virá este ano ao Brasil”, 23 de abril de 1974, p.16, 1º caderno.

O Estado de S. Paulo, “Silveira diz que Brasil abomina toda prepotência”, 27 de abril de 1974, capa.

O Estado de S. Paulo, “Brasil prepara vendas à China”, 27 de abril de 1974, p.10.

O Estado de S. Paulo, “Brasil-China, relações ainda este ano”, 28 de abril de 1974, p.34.

O Estado de S. Paulo, “Ideologia e Comércio Exterior”, 30 de abril de 1974, p.3, editorial.

Jornal do Brasil, “Formosa quer negociar importações”, 02 de abril de 1974, p. 22, 1º caderno.

O Estado de S. Paulo, “China prega nova ordem às nações menores”, 01 de novembro de 1974, p.2.

O Estado de S. Paulo, “Missão tem êxito na China”, 13 de novembro de 1974, p.32.

O Estado de S. Paulo, “Açúcar é vendido na China”, 15 de novembro de 1974, p.29.

O Estado de S. Paulo, “Tende a se expandir o comércio com a China”, 17 de novembro de 1974, p.54.

O Estado de S. Paulo, “Desde 1969 há troca com China”, 17 de novembro de 1974, p.56.

O Estado de S. Paulo, “País defende novo acordo do açúcar”, 24 de novembro de 1974, p.76.

O Estado de S. Paulo, “Viável a compra de carvão chinês”, 26 de novembro de 1974, capa.

Jornal do Brasil, “Missão do Brasil assina na China acordo comercial”, 13 de novembro de 1974, p.15.

Jornal do Brasil, “Presidente cria a Embaixada do Brasil na China Popular”, 26 de novembro de 1974, p.4.

Jornal do Brasil, “IAA oferece açúcar por 5 anos a China”, 27 de novembro de 1974, capa.

Jornal do Brasil, “Brasil vai exportar açúcar para a China durante 5 anos”, 13 de novembro de 1974, p.16.

Jornal do Brasil, “Geisel envia Napoleão a Pequim”, 28 de novembro de 1974, p.16.

O Estado de S. Paulo, “O que prevê o Acordo Comercial Brasil-China”, 10 de janeiro de 1978, p.32.

O Estado de S. Paulo, “Geisel diz que melhorou a imagem externa”, 19 de janeiro de 1978, p.7.

O Estado de S. Paulo, “Deputado elogia a política externa”, 04 de janeiro de 1978, p.6.

Jornal do Brasil, “China e Brasil assinam em Pequim Acordo de Comércio”, 07 de janeiro de 1978, p.16, 1º caderno.

Jornal do Brasil, “Itamaraty divulga Acordo com a China”, 10 de janeiro de 1978, p.22, 1º caderno.

Jornal do Brasil, “Estrangeiro só detém 10% da economia”, 25 de janeiro de 1978, p.21, 1º caderno.

Jornal do Brasil, “Não vendeu”, 26 de janeiro de 1978, p.24, 1º caderno.

Recebido em: 15/08/2022
Aceito em: 12/11/2022



RLAH

Agosto/Dezembro de 2022